

O tempo e a memória

A Cimeira de Braga

Por Mário Soares

1. Os meios de comunicação social deram pouco relevo, em termos de análise política, à reunião de coordenação ibérica entre os dois governos de Espanha e Portugal. E, no entanto, constitui um passo importante no relacionamento peninsular, no quadro científico e de investigação das nanotecnologias, de grande importância para o futuro, e também no domínio das energias alternativas e renováveis, nas questões relativas ao Mediterrâneo e ao Atlântico, à política europeia de Segurança e de Defesa – no que à Península se refere – e à Aliança Atlântica, de que ambos os Estados são hoje membros. Foi pena que não coordenassem, igualmente, as políticas referentes aos Oceanos, de uma importância tão actual para os dois países, com vastas zonas marítimas exclusivas e no quadro do que está, finalmente, a ser elaborado pela União Europeia e de que Portugal foi pioneiro, em 1998.

As transições democráticas ibéricas ocorridas nos anos setenta e, depois, a adesão simultânea à então C.E.E., hoje União Europeia, modificaram totalmente o relacionamento hispano-português, afastando velhos preconceitos e desconfianças. O reconhecimento das nacionalidades, pelo governo Zapatero, também ajudou. A circunstância de haver, simultaneamente, dois governos que se reclamam do socialismo democrático facilita, naturalmente, o relacionamento entre os dois Estados.

Abriu-se, assim, uma oportunidade única, a não perder, pelos dois Estados peninsulares, no domínio das convergências políticas, no quadro europeu em particular, mas também em relação ao Mediterrâneo, ao Atlântico e à Iberoamérica, nomeadamente no pólo sul do Atlântico norte, onde se situam os arquipélagos da Macaronésia: Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde.

A Aliança Atlântica, a que ambos os Estados pertencem, é uma organização obsoleta, herdada da guerra fria, que hoje não faz sentido. Não é – nem pode tornar-se – um braço armado dos Estados Unidos. Deve ser, por isso, questionada, pelos dois Estados, quanto à sua validade, antes que a participação de ambos na “guerra” do Afeganistão nos traga algumas tragédias inúteis e evitáveis...

Com efeito, a situação do Afeganistão (que se tornou o maior produtor e exportador de cocaína do Mundo) e do vizinho Paquistão (um barril de pólvora explosivo) só pode trazer dores de cabeça àqueles países que têm lá tropas, em “missões de paz”.

2. Contra o fundamentalismo. Portugal é um país amável, de brandos costumes, como é habitual dizer-se. É uma das suas virtudes. Mas parece estar a tornar-se, aos poucos, num país fundamentalista. Sinal dos tempos. A recente lei anti-tabaco pode vir a ser um exemplo disso, mas não o único.

Não sou fumador. A não ser eventual, “se me dão”, quando “o Rei faz anos”, se estou particularmente bem disposto, após um bom almoço com amigos fumadores...

Penso, aliás, que o tabaco é um mal, apesar do exemplo de Churchill, com o seu eterno charuto, de Simenon, inseparável do cachimbo, e de Camus ou de Humphrey Bogart, com os seus eternos cigarros...

Houve um tempo em que fumar era moda. As senhoras que o digam: começaram a fumar, habitualmente, no princípio do século XX. Hoje é uma actividade reprovável, senão um acto de malvadez. Passou-se do oitenta a zero, de um dia para o outro. Sem pedagogia, sem ouvir os interessados, fumadores activos e passivos, sem preparação prévia, dos estabelecimentos públicos, por decreto e por moda política da chamada “boa governação”. Tenho dúvidas que resulte. Lembrome do que sucedeu com o abolicionismo do álcool, em Chicago, nos anos trinta...

Depois criou-se a ASAE, organismo para fiscalização e protecção dos cidadãos, quanto aos artigos que consomem. Uma boa iniciativa. Claro, se houver bom senso e as intervenções públicas

não se tornarem excessivas. Se a ASAE for vista como um organismo persecutório, que mete medo e estimula os bufos (um velho estigma nacional desde os tempos da Inquisição) então, não. Ao serviço das "grandes superfícies" com produtos estandardizados – sem gosto e inodoros – dos insuportáveis MacDonalds, para atacar o pequeno comércio personalizado, também não. Seria acabar com as produções caseiras: o pão saloio, os bons frutos e legumes de produção individual, o mel, a flor do sal, o peixe pescado à linha e consumido no dia, em pequenas tascas, os doces locais... Acabar com tudo isso, seria a ASAE, imprudentemente, destruir o que faz a nossa diferença e torna Portugal, de norte a sul, um país apetecido e amado. Pelos estrangeiros sobretudo...

Lisboa, 21 de Janeiro de 2008